



b
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

1. Introdução

1

1.1. Mensagem da Administração

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. (doravante designada por Sociedade), vem submeter à Vossa apreciação o relatório de gestão, balanço e contas referentes ao exercício de 2023.

Apesar do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e dos seus impactos diretos e indiretos sobre os mercados, o ano de 2023 veio a revelar-se menos negativo do que estimado na elaboração do Plano e Orçamento 2023, principalmente ao nível dos custos energéticos.

Não obstante, a constante subida das taxas de juro e da inflação e a consequente perda de poder económico das famílias, agravada pelo clima de instabilidade política do último quadrimestre, não permitiu que atingíssemos o crescimento inicialmente projetado em todos os segmentos, mas ainda assim, o volume de negócios aumentou e o resultado da atividade revelou-se positivo.



(Handwritten signature)

1.2. Perfil Empresarial

A SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A. é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Por força do processo de transformação em empresa municipal terminado em 8 de fevereiro de 2021, com a alteração da composição do capital social, a Sociedade integra neste momento o setor empresarial local, detendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira 99,52% do capital social.

Os Estatutos da Sociedade, na sua versão atual, definem como objeto social “o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.”

Compete-lhe ainda promover a organização de atividades desportivas e/ou culturais, formação profissional, atividades turísticas, atividades de lazer, venda de artigos regionais, entre outros.

2

Neste contexto, a Sociedade, em estreito alinhamento com as orientações estratégicas definidas pelo Município Santa Maria da Feira, estipuladas no Contrato-Programa celebrado em 18 de janeiro 2023, é responsável pela exploração das Termas das Caldas de S. Jorge (doravante designadas por Termas).

1.3. Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Vitor Carlos Latourrette Marques
Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira
Rui Luís Campos de Oliveira

Assembleia Geral

José Carlos Baptista Martins
Maria da Conceição Machado Alvim Ferraz
Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura

Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos Associados, SROC



1.4. Recursos Humanos

No ano de 2023 a Sociedade contou com a colaboração total de 40 funcionários, para além do Conselho de Administração.

Dado o carácter sazonal da principal atividade, em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade tinha apenas seis funcionários ao seu serviço, todos com vínculo contratual fixo estabelecido.

Os contratados a termo representaram um total de 6795 dias de trabalho.

Ao nível do absentismo, foram registados 206 dias de ausência laboral por motivo de baixa por doença

Durante o ano de 2023, os colaboradores frequentaram um total de 974 horas de formação, nas áreas das práticas termais, inglês e contabilidade.

Destacamos ainda, o investimento realizado numa nova linha de fardamento, mais confortável e mais atual, contribuindo para uma melhor qualidade de trabalho e o reforço do prestígio das Termas S. Jorge, dentro e fora do balneário.

3

1.5. Investimentos

Ao longo do exercício económico de 2023, foram efetuados investimentos de aquisição, reparação e manutenção, essencialmente de equipamento básico essencial à atividade, num montante total de 77.542 euros.

2. Factos Relevantes da Atividade

2.1. Termas de S. Jorge

Cumprindo o modelo operativo, definido e aprovado pelas entidades competentes – Direção Geral da Saúde e Direção Geral de Energia e Geologia - a época termal 2023 teve início em 27 de Fevereiro e término a 2 de Dezembro.

Após o cumprimento rigoroso de todas os procedimentos habituais de abertura, nomeadamente as prerrogativas do programa analítico de monitorização da qualidade microbiológica e das constantes físico-químicas da água mineral natural, bem como os



Handwritten signature

procedimentos de higienização e desinfeção das instalações e equipamentos, as termas reabriram a 6 de março.

Em 2023, as Termas estiveram em funcionamento 278 dias e registaram um total de 2490 inscrições (contra 2467 em 2022) para frequência termal.

Termalistas				
2023	2022	2021	dif ^a 21'	dif ^a 22'
2490	2467	1715	45%	1%

Relativamente ao tipo de frequência, dos 2490 termalistas que frequentaram as Termas em 2023, 43% fizeram-no pela primeira vez.

Termalistas - tipo de frequência			
	novos	repetentes	total
total	1072	1418	2490

Do total de 2103 termalistas, que frequentaram termas por motivos de reabilitação e terapêutica (Cura Termal), 1222 beneficiaram de comparticipação pelo SNS.

4

Os termalistas com requisição do SNS representaram 58% do total de clientes Cura Termal, são maioritariamente utentes da Administração Regional do Norte (90%) e recorreram aos cuidados de saúde termais devido à seguinte indicação terapêutica:

Termalistas CT- SNS - >Patologia			
me	orl	pele	total
712	499	11	1222

Paralelamente, ao abrigo do contrato programa celebrado entre o Município de Santa Maria da Feira e a Sociedade, 628 residentes do concelho de santa maria da feira, com indicação médica, beneficiaram de um desconto de 100% no valor da inscrição e de 15% no valor dos tratamentos, na realização de uma cura termal de 15 dias/ano.

Residentes concelho SMF			
termalistas		beneficio	
curas residentes	curas beneficiadas	total	€/md
854	628	€ 45 052	€ 72

As curas termais não abrangidas dizem respeito a segundas épocas de tratamento ou ao não cumprimento dos requisitos definidos.



6
[Handwritten signature]

A aplicação deste benefício, permitiu um desconto médio de 72 € por termalista, a que corresponde uma percentagem total de 22% sobre o valor bruto a pagar. Associado à comparticipação pelo SNS, para a grande maioria representou numa redução média total de 42,6%.

O benefício total concedido com esta medida representou 15% do subsídio atribuído no contrato programa celebrado para o exercício de 2023.

Em 2023 verificamos um crescimento de 21% nos clientes dos programas de bem-estar face a 2022. Este segmento, para além de atrair público mais jovem (25-55) é aquele onde se verifica a maior atração de termalistas estrangeiros, oriundos dos mais diversos países (EUA; Alemanha, Espanha, França, Itália, Suíça).

Durante a época termal 2023, as termas receberam mais de 29.300 visitas para realização de práticas termais, significando uma média diária de 125 pessoas e 630 tratamentos.

PARCERIAS

5

À semelhança dos anos anteriores, mantivemos o relacionamento institucional com diversas entidades, tendo em vista a promoção do Termalismo em geral e das Termas de S. Jorge em particular.

Ao nível dos Programas Termais:

Caixa de Previdência dos Serviços Municipalizados de Gaia

Pela 17ª época termal consecutiva, em Setembro recebemos um grupo de 46 beneficiários para 20 dias de tratamento termal.

Termal Sénior

Em 2023 a frequência termal ao abrigo deste projeto totalizou 114 seniores - 69 seniores feirenses (protocolo com Câmara Municipal de Santa Maria da Feira / divisão de Ação Social e Qualidade de Vida); 17 seniores sanjoanenses (protocolo com Junta de Freguesia de S. João da Madeira) e 28 seniores oliveirenses (protocolo com Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis).

Termalsenior 2022			
smf	sjm	oaz	total
69	17	28	114



Em qualquer um dos programas o transporte é garantido pelas respetivas câmaras municipais ou pela junta de freguesia no caso de S. João da Madeira.

Ao nível dos Protocolos:

O ano de 2023 terminou com 42 protocolos em vigor.

Ao nível institucional:

Associação das Termas de Portugal

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. é Presidente da Assembleia-Geral da ATP desde Abril de 2018.

O Diretor Clínico das Termas, Prof Doutor Pedro Cantista e a vogal do Conselho de Administração, Teresa Vieira, mantiveram a participação na Comissão Técnico Científica da ATP, coordenada pela última.

Sociedade Portuguesa de Hidrologia e Climatologia e UEMS

O Prof. Doutor Pedro Cantista, Diretor Clínico das Termas de S. Jorge, mantém a presidência da Direção da SPHM.

Em 2023 foi criada a UEMS Balneology Multidisciplinary Joint Committee, tendo a Ordem dos Médicos Portuguesa mandatado o Prof Pedro Cantista como Delegado representante.

Direção de Geologia e Energia

Em 2023, a 2ª fase do Projeto Hidrogenoma foi concluída.

ACES Feira Arouca/ Conselho da Comunidade Local da Saúde

No âmbito da participação no Conselho da Comunidade Local, marcamos presença na comissão de acompanhamento do *Plano Local da Saúde 2021-2030*.

Estabelecimentos de Ensino/ Formação Profissional

Mantendo a política de aproximação à comunidade científica e aos estabelecimentos de ensino, mantivemos em 2023 a parceria com o ICBAS – Porto, no âmbito da cadeira de Hidrologia Clínica, cadeira opcional de mestrado integrado do



Curso de Medicina, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS, para a componente prática formativa, em vigor desde 2008.

Ao abrigo deste protocolo recebemos em contexto de formação prática os alunos inscritos na cadeira no ano letivo 2022/2023.

Em julho de 2023, as Termas participaram no 2º Curso de Verão - Medicina Termal - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

No âmbito da formação específica do internato de medicina física e reabilitação, foi realizado um estágio de medicina termal, vindo do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga.

Ao abrigo dos protocolos de parceria com o Centro de Formação Profissional de Riomeão, foram realizados 2 estágios curriculares nas áreas de técnica de massagem, e três ações de formação interna no ano de 2023. Foram ainda realizados mais 4 estágios curriculares.

7

REFORÇO DA VISIBILIDADE E NOTORIEDADE DAS TERMAS DE S. JORGE

O reforço da visibilidade e notoriedade das Termas S. Jorge, enquanto *equipamento de saúde e bem-estar de referência, com valências diferenciadas, pelos seus benefícios terapêuticos únicos, diversidade de produtos termais e competência dos seus profissionais*, foi prosseguido ao longo do ano de 2023 por diversas ações, onde destacamos:

A época termal'23 foi marcada por um investimento numa nova linha de imagem de marca para as Termas S. Jorge com o desenvolvimento de um design mais contemporâneo. A pretensão foi “impactar” a imagem do balneário, lançando uma nova linha de suportes promocionais (gráficos e digitais) sustentada em novos “rostos”.

Desta forma, para sustentar este renovar de imagem, que há muito se ambicionava, foi realizado um casting de modelos (de duas faixas etárias diferenciadas por sexos) para se criar um novo arquivo fotográfico que fosse genuíno e apelativo.

Para o efeito, foram realizadas, no balneário termal, duas reportagens fotográficas, utilizando um total de 5 modelos, que resultou num arquivo de centenas



de fotografias, que deram origem à concretização de um novo conjunto de suportes de imagem.

- Ações de divulgação dirigidas especificamente à comunidade médica local e regional e nacional

Na abertura da época termal, foram realizadas ações de comunicação personalizada a prescritores, via postal e via correio eletrónico, num total de mais de 300 contactos realizados, relativas à oferta termal, TermalSenior e benefícios para residentes decorrentes do contrato-programa, sempre que aplicável.

- Ações de promoção junto do público final:

Em termos de marketing digital, a aposta continuou a incidir numa comunicação permanente a nível das redes sociais, nos canais de facebook, instagram e youtube, reforçada com a interligação do novo site e loja online, para impulsionar uma atitude mais reativa por parte dos visitantes (como por exemplo, com a marcação de consulta médica, pedido de informações ou compra de ofertas termais). Neste sentido, foram criados conteúdos regulares que resultaram em mais de 180 publicações.

Após o lançamento do novo site e loja online – que resultou no aumento significativo das vendas online de vouchers termais - foram otimizadas e melhoradas algumas funcionalidades e realizada uma tradução dos respetivos conteúdos nos idiomas de inglês e espanhol, para numa próxima fase, fazer a aplicação da respetiva funcionalidade de visitação bilingue.

- Ações de promoção junto do público termal:

Na época termal 2023, as ações de Marketing direto continuaram a ser uma aposta de comunicação das Termas S. Jorge com o seu público. Neste sentido, o objetivo foi tentar tornar o mais permanente possível a relação emocional com os termalistas através de ações de envio de SMS e de contatos de telemarketing.

O telemarketing teve especial aplicabilidade no âmbito do projeto “TermalSenior – saúde e termalismo”, que carece de uma prestação de informação mais específica e detalhada (como datas da viagens, benefícios e funcionamento do circuito).

Estas ações de marketing direto dirigidas a clientes, nomeadamente com o envio de SMS, tiveram a pretensão de incentivar a frequência termal, de forma mais



b
[Handwritten signature]

imediate, com o objetivo de também fidelizar os seus clientes, aos serviços de saúde e bem-estar do balneário termal.

No âmbito do plano de ações de marketing direto, numa aposta clara de proximidade das termas aos termalistas, foram realizados aproximadamente 6.500 contactos (sms e telemarketing).

- Presença em reuniões científicas, congressos médicos e eventos congéneres da área da saúde:

Com o objetivo de dar continuidade e até reforçar o envolvimento proativo com as diversas entidades institucionais da nossa região - numa relação estreita com os players profissionais e empresarias, especialmente da comunidade médica – tendo em vista a divulgação do conhecimento da oferta termal, em 2023 as Termas marcaram presença:

Actividades 2023 – eventos clínicos
Reuniões do plano local de saúde (ao longo do ano)
Reunião de Diretores Executivos dos ACES da Região Norte
Open Resident Day (650)
Visita guiada às TSJ para Serviço de Psiquiatria do CHVNGE (20)
XXIII Congresso APTAP
Jornadas da UCF Materno Infantil de Entre Douro e Vouga (150)
Visita guiada às TSJ para Serviço de Psiquiatria do CHVNG/E
Evento de aniversário Unidade de Cuidados Comunidade (30)
IACS – Escola de Enfermagem de Oliveira de Azeméis (850)
VI Jornadas do Serviço de Pediatria/ Neonatologia do Chedv (180)
VIII Dia do Cuidador (100)
XXXIII Encontro Nacional de Psiquiatria da Infância e Adolescência (140)
Jornadas diabetes (150)
Aniversario Hospital de Dia do Serviço de Psiquiatria com visita às Termas S. Jorge (20)

9

- Presença e/ou apoio em eventos da comunidade:



[Handwritten signature]

Actividades 2023: iniciativas/eventos – Município SMF /Feira Viva/União Freguesias
Meia Maratona da Primavera
Envolvimento no evento "Carnaval das Termas"
Jogos da Páscoa - Movimento & bem estar
XVII Olimpíadas Seniores
Inauguração envolvente termal (visitas guiadas)
Caldas, Sabor e Arte (prova água, festum, caminhada, portas abertas, rastreio)
Moda Feira
Bravos challenge
TRILHOS TERMAIS E TRILHOS CULTURAIS
Grande Premio de ATLETISMO
Bizfeira

A requalificação da envolvente termal permitiu acolher dois novos eventos— o Caldas Sabor e Arte e o Moda Feira - cuja singularidade e diferenciação em muito enriqueceram o programa de animação termal e no qual as termas foram parceiras executivas, com a União de Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros e a AEF respetivamente.

10

2.2. Outras atividades

Na edição da Viagem Medieval 2023, renovamos a presença com os Banhos S Jorge, área temática concebida, construída e gerida integralmente pela Sociedade.

Os Banhos S Jorge receberam mais de 4.000 visitantes, dos quais aproximadamente 400 foram convidados institucionais ou termalistas. A singularidade do espaço recriado e a experiência proporcionada, tornou esta área temática um espaço de visita "obrigatória" e de promoção por excelência das Termas de S. Jorge e de Santa Maria da Feira.

Em Dezembro as Termas marcaram presença no Mercado de Natal.

Com o projeto "Conhecer para preservar" as Termas de S. Jorge também organizaram ou colaboraram em algumas iniciativas, e realizaram algumas deslocações a escolas promovendo uma mensagem de valorização do patrimonial



termal e dos benefícios de uma água mineral natural, onde a mascote infantil Gotinhas marcou presença.

No âmbito das ações de promoção turística, a Sociedade participou ativamente na Bolsa de Turismo de Lisboa 2023, estando as Termas representadas no espaço Santa Maria da Feira/AMP e no espaço das Termas Norte de Portugal, no stand da TPNP.

3. Factos Económicos e Financeiros

POLÍTICA DE PREÇOS E ANÁLISE DAS VENDAS

Em 2023, mantivemos a tabela única ao longo de todo o ano, que sofreu uma atualização cirúrgica e ponderada.

O volume de vendas em inscrições, consultas e tratamentos termais, produtos e serviços anexos, ascendeu a 667.490 euros.

vendas totais				
2023	2022	2021	dif ²¹	dif ²²
667 490	662 872	479 711	39%	1%

O segmento terapêutico representou 94% do total das vendas. A faturação ao SNS representou 17% do total das vendas do segmento terapêutico e reabilitação.

O volume de negócios d atividade termal atingiu 90% do valor previsto em orçamento.

Vendas - Execução Orçamental - termas			
orç ^o 23'	Execução 23'	aum ^o	%
741 500	667 490	-74 010	-10%

O volume total de negócios foi de 695.522 euros.

Vendas - Execução Orçamental			
orç ^o 23'	Execução 23'	aum ^o	%
771 500	695 522	-75 978	-10%

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO



Em 2023, os custos de exploração registaram decréscimo significativo face a 2022, decorrente essencialmente da redução dos custos energéticos.

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizou o montante de 285.284 euros, representando uma redução de 27% face ao exercício de 2022. Apenas a rubrica de Trabalhos especializados cresceu face a 2022.

rubrica	fse				
	2023	2022	2021	difº21'	difº22'
Trabalhos especializados	113 777	109 127	73 190	55%	4%
Energia e fluídos	73 134	177 355	69 929	5%	-59%
Conservação, Reparação, Ferramentas e utensílios	50 376	53 179	35 358	42%	-5%
Outros fse	47 967	51 639	36 335	32%	-7%
total	285 254	391 300	214 813	33%	-27%

Os custos com pessoal totalizaram o montante de 543.692 euros, representando um aumento de 7,3% face a 2022.

custos com pessoalç - Execução Orçamental			
orçº 23'	Execução 23'	aumº	%
555 300	543 692	-11 608	-2%

12

Os gastos operacionais totalizaram em 2023 856.961 euros, representando um desvio orçamental negativo de 13,7%.

Gastos Operacionais - Execução Orçamental			
orçº 23'	Execução 23'	aumº	%
993 500	856 961	-136 539	86,3%

4. Resultados e Execução Orçamental

Os resultados antes de impostos da Sociedade foram positivos em 54.469 euros.

Por força do contrato-programa foi atribuído um subsídio no montante 295.000 euros.

As Contas do Exercício findo a 31 de dezembro de 2023 da Sociedade apresentam uma taxa de execução orçamental de 93% na Receita total e 88% na Despesa total. O rácio das receitas próprias sobre a Despesa total foi de 74.31%.



descrição	2023	orçº 23'	tx exec. %
receitas próprias	695 768	771 500,00	90%
Subsídios à Exploração CMF	295 000	295 000,00	100%
Receitas totais	990 768	1 066 500,00	93%
Gastos totais	936 299	1 066 500,00	88%
Resultado antes de impostos	54 469	0,00	
Peso das Receitas Próprias/ GT	74,31%	72%	
Peso do Subsídio à exploração/rT	29,77%	27,66%	

Face ao resultado alcançado foi possível realizar uma amortização parcial do capital, no montante de 50.000 euros no financiamento bancário celebrado com o Millennium em dezembro de 2021, no montante inicial de 300.000,00 euros, com um período de carência de 12 meses e pelo prazo de 96 meses.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital em dívida era de 207.828 euros.

13

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, resultou um resultado líquido positivo do exercício no montante de 41.485,62 euros.

Neste sentido, propomos que o resultado seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais: 2.074,28 euros;
- Resultados transitados: 39.411,34 euros

6. Declaração e Factos Relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2023

A Sociedade gestora não tem ações próprias e durante o exercício em análise não adquiriu nem alienou ações próprias.

A Sociedade não tem sucursais.

Durante o exercício em análise não foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os administradores, abrangidos pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.



O Conselho de Administração não tem conhecimento de outras ocorrências de factos relevantes após o termo do exercício.

7. Situação perante a Segurança Social

Por último e no cumprimento da lei, informamos que em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possuía dívidas em atraso à Segurança Social.



8. Considerações Finais

A ausência da vogal executiva Teresa Vieira, a partir de 27 de abril, por motivos de doença grave e inesperada, obrigou a um esforço acrescido de toda a equipa da Sociedade - principalmente dos colaboradores mais diretos - para que a atividade termal decorresse com a maior normalidade possível.

A disponibilidade e apoio que a mesma sempre prestou, apesar das circunstâncias pessoais, em muito contribuiu para que as obrigações e responsabilidades da Sociedade fossem pontualmente cumpridas e revelou-se um suporte imprescindível para a equipa e para o conselho de administração.

Pelo exposto, expressamos o nosso reconhecimento especial a toda a equipa da Sociedade (colaboradores e corpo clínico), pela sua entrega, profissionalismo, responsabilidade e resiliência.

Um agradecimento a todos os membros dos órgãos estatutários que exerceram funções em 2023 e aos nossos acionistas que continuam a acreditar neste projeto.

Terminamos este relatório agradecendo aos nossos Termalistas, que nos confiam incondicionalmente a sua saúde, num reconhecimento da valia terapêutica e da segurança sanitária das Termas S. Jorge.

15

Santa Maria da Feira, 13 de março de 2024

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representado por Vítor Carlos Latourrette Marques.)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira)



sociedade de turismo santa maria da feira

(Handwritten initials)

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Balanco individual em 31 de dezembro de 2023

(Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 e 8	179 437,55	220 985,68
Outros investimentos financeiros		0,00	1 443,58
Ativos por impostos diferidos	22	26 684,35	42 529,91
		206 121,90	264 959,17
Ativo corrente			
Inventários	10	10 656,20	5 123,24
Clientes	13	30 500,33	33 305,40
Estado e outros entes públicos	12		1 158,35
Acionistas/Sócios		711,30	711,30
Outros créditos a receber	13	408,35	652,23
Diferimentos	15	733,12	3 000,85
Caixa e depósitos bancários	5 e 16	297 943,11	280 129,64
		340 952,41	324 081,01
Total do Ativo		547 074,31	589 040,18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	17	125 600,00	125 600,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	667 000,00	667 000,00
Reservas legais	18	9 387,07	9 052,55
Resultados transitados		-742 861,67	-796 430,51
Excedentes de revalorização	20	108 808,91	156 021,91
Resultado líquido do período		41 485,62	6 690,36
Total do Capital Próprio		209 419,93	167 934,31
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	173 190,01	257 142,84
Passivos por impostos diferidos	21	31 589,69	45 296,69
		204 779,70	302 439,53
Passivo corrente			
Fornecedores	13	24 346,16	15 858,02
Estado e outros entes públicos	12	37 615,02	28 283,34
Financiamentos obtidos	14	34 637,88	42 857,16
Outras dívidas a pagar	13	32 203,67	28 172,82
Diferimentos	15	4 071,95	3 495,00
		132 874,68	118 666,34
Total do Passivo		337 654,38	421 105,87
Total do Capital Próprio e do Passivo		547 074,31	589 040,18

16

O Conselho de Administração

(Handwritten signatures of the Board of Directors)

A Contabilista Certificada

(Handwritten signature of the Certified Accountant)



6
B

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2023 (Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	23	695 521,94	687 720,42
Subsídios à exploração	24	295 000,00	295 000,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-22 777,02	-15 911,81
Fornecimentos e serviços externos	25	-285 254,34	-391 299,50
Gastos com pessoal	26	-543 692,21	-506 827,14
Outros rendimentos	23	245,87	6 252,22
Outros gastos	27	-5 237,58	-4 445,72
antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		133 806,66	70 488,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-68 713,92	-64 991,67
operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		65 092,74	5 496,80
Juros e gastos similares suportados	29	-10 624,14	-2 192,51
Resultado antes de impostos		54 468,60	3 304,29
Imposto sobre rendimento do período	30	-12 982,98	3 386,07
Resultado líquido do período		41 485,62	6 690,36

O Conselho de Administração

Vitor Manuel T. T. T. T. T.
Maria João T. T. T. T. T.

A Contabilista Certificada

Fátima do Céu Soares da Silva



(Handwritten mark)

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 2023 e 2022

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2 023	2 022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	1 014 157,51	982 566,96
Pagamentos a fornecedores	-	-236 670,13	-426 705,48
Pagamentos ao pessoal	-	-530 831,04	-485 365,93
Caixa gerada pelas operações	+/-	246 656,34	70 495,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-3 033,70	-8 788,98
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-96 663,63	-9 077,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	146 959,01	52 629,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-27 404,28	-9 203,78
Investimentos financeiros	-	-249,99	-1 542,30
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Investimentos financeiros	+	1 693,57	1 085,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	-25 960,70	-9 660,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-92 172,12	
Juros e gastos similares	-	-11 012,72	-2 278,60
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	-103 184,84	-2 278,60
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	17 813,47	40 689,62
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	280 129,64	239 440,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	297 943,11	280 129,64

18

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

(Handwritten signature)
(Handwritten signature)

(Handwritten signature)



SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO 2023**

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
	125 600,00	667 000,00	9 052,55	-796 430,51	156 021,91	6 690,36	167 934,31
Posição no início do período 2023							
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização			334,52	53 568,84	-47 213,00	-6 690,36	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			334,52	53 568,84	-47 213,00	-6 690,36	
Resultado líquido do período						41 485,62	41 485,62
Resultado integral						34 795,26	41 485,62
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de prestações acessórias							
Cobertura de perdas							
Posição no fim do período 2023	125 600,00	667 000,00	9 387,07	-742 861,67	108 808,91	41 485,62	209 419,93

O Conselho de Administração

St. Gual. L.T. - S.A.
Dr. Luís Augusto de Castro

A Contabilista Certificada

Fátima do Celas Soares da Silva



SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2022		125 600,00	667 000,00	6 248,76	-896 917,50	203 236,88	56 075,81	161 243,95
Alterações no período:								
Excedentes de revalorização				2 803,79	100 486,99	-47 214,97	-56 075,81	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				2 803,79	100 486,99	-47 214,97	-56 075,81	
Resultado líquido do período							6 690,36	6 690,36
Resultado integral							-49 385,45	6 690,36
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de prestações acessórias								
Cobertura de perdas								
Posição no fim do período 2022		125 600,00	667 000,00	9 052,55	-796 430,51	156 021,91	6 690,36	167 934,31

O Conselho de Administração

Handwritten signature in blue ink

Handwritten signature in blue ink

A Contabilista Certificada
Fonse do Gêa Soares da Silva



Anexo ao Relatório Anual de Gestão

Informações sobre participações no capital da sociedade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização – artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Número de
Ações detidas à data de

Conselho de Administração	31-12-2023	31-12-2022
Dr. Vítor Carlos Latourrette Marques, não detém ações da sociedade, representa o Município de Santa Maria da Feira que detinha	1.250	1.250
Dra. Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, não detém ações da sociedade	0	0
Dr. Rui Luís Campos Oliveira, não detém ações da sociedade, representa Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA que detinha	1	1

Número de
Ações detidas à data de

Fiscal Único	31-12-2023	31-12-2022
Dr. António Monteiro Magalhães, não detém ações da sociedade, representa a sociedade António Magalhães & Carlos Santos – SROC que detinha	0	0

Durante o exercício de 2023 não foram feitas quaisquer aquisições, onerações ou alienações.

Santa Maria da Feira, 13 de março de 2024

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira.)



SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(montantes expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato:

1.1 Designação da entidade

Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A.

1.2 Sede

Rua dos Descobrimentos n.º 12, Santa Maria da Feira

1.3 Natureza da atividade

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima com sede em Santa Maria da Feira, constituída em 25 de novembro de 1997 e que tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.

Atualmente, a Empresa encontra-se a explorar o balneário das Termas das Caldas de S. Jorge.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável

1.5 Designação e sede da empresa-mãe intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável

1.6 Caso tenha sido alterada a data do balanço e as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano.

Não aplicável

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:



- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13/07 (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 - 23/08; Decreto-Lei n.º 36-A/2011 - 09/03; Lei n.º 66-B/2012 - 31/12; Lei n.º 83-C/2013 - 31/12; republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 - 02/06;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 24 de julho (Estrutura conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 24 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 24 de julho (Normas Interpretativas).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições ao SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras para efeitos de comparativos, estão apresentadas em conformidade com Decreto-Lei n.º 98/2018 de 2 de junho, não tendo sido posta em causa a comparabilidade das mesmas.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.



6
Fe
B

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subseqüentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Órgão de Gestão concluiu que a empresa dispõe ou consegue os recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos fixos tangíveis

i) Modelo do custo

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os investimentos efetuados pela Empresa nas Termas de S. Jorge são registados nas respetivas rubricas de “Ativos fixos tangíveis” (Nota 8) e depreciados de acordo com a vida útil estimada do bem ou pelo prazo da concessão, se este for inferior à vida útil do mesmo e com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 - 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8 anos
Equipamentos reavaliados em 2019 ¹	3 – 6 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

¹ A depreciação dos equipamentos reavaliados em 2019 iniciou-se no exercício de 2021.

Handwritten blue marks: a circle with a dot, a horizontal line with an arrow pointing right, and a scribble.

ii) Modelo de revalorização

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram mensurados por uma quantia revalorizada que é o justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes (modelo de revalorização). As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da Empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis, é também transferido para a rubrica “Resultados Transitados”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta e de uma forma consistente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período para período, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos intangíveis	Vida útil estimada
Programas de computador	1 a 3 anos

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido



e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não; no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento inicial de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não pode ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações ou depreciações), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração de resultados.

d) Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente. Se o valor realizável líquido for inferior, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas anteriormente reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos de acordo com o pressuposto do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo, para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:



i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente, no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

ii) Dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas ao custo amortizado. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. O desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

h) Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas portuguesas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros passou a ser regulada pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura das responsabilidades, designadamente, através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias ou constituição de fundos próprios.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

j) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, refletindo eventuais descontos concedidos e não incluindo quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas: (i) são transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado à posse ou ao controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) a quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade; (iv) seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e referente à fase de acabamento da transação à data do balanço se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

l) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento, reconhecido como gasto dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização de impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Nos termos do artigo 88º do CIRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

m) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, que se vence a 01 de janeiro, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

n) Subsídios do estado e outros entes públicos

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.



Os subsídios exploração atribuídos pelo Município são reconhecidos na Demonstração de Resultados, de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visem compensar.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de investimento, incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de financiamento, incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos.

4.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.



(Handwritten marks)

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

5. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	542,75	114,43
- Caixa Soctur (sede)	52,68	24,26
- Caixa secretaria	250,95	
- Caixa - termas	23,12	40,17
- Fundos de caixa	100,00	50,00
- Caixa eventos	116,00	
Depósitos à ordem	297 400,36	280 015,21
	297 943,11	280 129,64

Os fluxos de caixa fornecem a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram reavaliados com base em relatório elaborado pelo Eng^o Civil Fernando Manuel da Cunha Cardoso, inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º PAI/11/037, tendo resultado um excedente de revalorização no montante de 380.837,35



euros, vertido diretamente nos capitais próprios na conta “Excedentes de revalorização”, de acordo com a NCRF 7.

	31-12-2023			31-12-2022		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	12 167,68		12 167,68	11 104,83		11 104,83
Equipamento básico	20 595,45	124 304,02	144 899,47	5 620,49	179 860,02	185 480,51
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	0,01	16 094,58	16 094,59	0,01	21 458,58	21 458,59
Outros ativos fixos tangíveis	6 275,81		6 275,81	2 941,75		2 941,75
	<u>39 038,95</u>	<u>140 398,60</u>	<u>179 437,55</u>	<u>19 667,08</u>	<u>201 318,60</u>	<u>220 985,68</u>

7. Partes relacionadas

7.1 Empresas participantes

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 10% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2023:

Nome	%	Montante
Município de Santa Maria da Feira	99,52%	125.000

7.2 Transações e saldos pendentes

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:



Handwritten signature and initials in blue ink.

	31-12-2023	
	Transações	Saldos pendentes
		Ativos Passivos
Partes relacionadas		
Município de Santa Maria da Feira		
Cliente	295 000,00	
Fornecedor	540,10	
Outros		
Feira Viva - Cultura e Desporto		
Cliente		
Fornecedor	123,00	
Outros		

	31-12-2022	
	Transações	Saldos pendentes
		Ativos Passivos
Partes relacionadas		
Município de Santa Maria da Feira		
Cliente	295 000,00	
Fornecedor	1 622,66	
Outros		
Feira Viva - Cultura e Desporto		
Cliente		
Fornecedor	17,00	
Outros		

7.3 Remunerações do pessoal chave da gestão:

Nos exercícios findos em 2023 e 2022 o Conselho de Administração auferiu as seguintes remunerações:

Remuneração	2023	2022
Benefícios de curto prazo	21 286,38	41 477,31
Outros benefícios de longo prazo		
	<u>21 286,38</u>	<u>41 477,31</u>



8. Ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas;
- Em 2023 as depreciações foram efetuadas pelo método de linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho;
- Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos foram revalorizados por um perito independente (nota 6).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, depreciações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	31-12-2023							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		145 215,61	912 162,23	30 562,29	183 018,30	79 171,92		1 350 130,35
Aquisições		2 918,88	18 026,96		369,84	5 850,11		27 165,79
Alienações								
Transferências								
Abates								
Revalorizações (Nota 6)								
Outras variações								
Saldo final		148 134,49	930 189,19	30 562,29	183 388,14	85 022,03		1 377 296,14
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		134 110,78	726 681,72	30 562,29	161 559,71	76 230,17		1 129 144,67
Depreciações do exercício		1 856,03	58 608,00		5 733,84	2 516,05		68 713,92
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências								
Abates								
Outras variações								
Saldo final		135 966,81	785 289,72	30 562,29	167 293,55	78 746,22		1 197 858,59
Ativos líquidos		12 167,68	144 899,47		16 094,59	6 275,81		179 437,55



31-12-2022							
Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	137 179,39	911 063,51	30 562,29	183 018,30	79 171,92		1 340 995,41
Aquisições	8 036,22	1 098,72					9 134,94
Alienações							
Transferências							
Abates							
Revalorizações (Nota 6)							
Outras variações							
Saldo final	145 215,61	912 162,23	30 562,29	183 018,30	79 171,92		1 350 130,35
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	132 656,25	669 287,10	30 562,29	156 195,07	75 452,29		1 064 153,00
Depreciações do exercício	1 454,53	57 394,62		5 364,64	777,88		64 991,67
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências							
Abates							
Outras variações							
Saldo final	134 110,78	726 681,72	30 562,29	161 559,71	76 230,17		1 129 144,67
Ativos líquidos	11 104,83	185 480,51		21 458,59	2 941,75		220 985,68

9. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidos de acordo com os seguintes quadros:



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

		31-12-2023				
		Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial			48 413,73			48 413,73
Aquisições						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Revalorizações (Nota 6)						
Outras variações						
Saldo final			48 413,73			48 413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial			48 413,73			48 413,73
Amortizações do exercício						
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Saldo final			48 413,73			48 413,73
Ativos líquidos						



	31-12-2022				
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações (Nota 6)					
Outras variações					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		48.413,73			48.413,73
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Saldo final		48.413,73			48.413,73
Ativos líquidos					

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não dedutíveis, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A empresa adota como fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que forem comprados sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

10.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas



Em 31 de dezembro 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2023		31-12-2022		Quantia líquida
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	
Mercadorias	7 973,43		7 973,43	3 079,37	3 079,37
Matérias-primas, subsi. e de consumo	2 682,77		2 682,77	2 043,87	2 043,87
Produtos acabados e intermédios					
Subprod., desperdícios, resíduos e refugos					
Produtos e trabalhos em curso					
Adiantamentos por conta de compras					
	10 656,20		10 656,20	5 123,24	5 123,24

10.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

A quantia de Inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalha-se conforme segue:

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Descrição	2023		
	Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	3 079,37	2 043,87	5 123,24
Compras	24 220,93	4 089,05	28 309,98
Regularizações			
Saldo final	7 973,43	2 682,77	10 656,20
Gasto do exercício	19 326,87	3 450,15	22 777,02

Descrição	2022		
	Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	1 905,31	1 225,61	3 130,92
Compras	11 666,60	6 237,53	17 904,13
Regularizações			
Saldo final	3 079,37	2 043,87	5 123,24
Gasto do exercício	10 492,54	5 419,27	15 911,81

11. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recurso que



[Handwritten signature and initials]

incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
pagamentos por conta		-2 601,00	797,90	
IRC estimado		10 844,42		
Retenção de impostos sobre rendimentos		4 500,52		4 799,27
Imposto sobre o valor acrescentado		1 288,59	360,45	
Contribuições para a segurança social		23 582,49		23 484,07
Total		37 615,02	1 158,35	28 283,34

13. Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido
Ativos						
Clientes	30 500,33		30 500,33	33 305,40		33 305,40
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos rendimentos						
Outros créditos a receber	408,35		408,35	652,23		652,23
	<u>30 908,68</u>		<u>30 908,68</u>	<u>33 957,63</u>		<u>33 957,63</u>
Passivos						
Fornecedores	24 346,16		24 346,16	15 858,02		15 858,02
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos gastos	31 978,48		31 978,48	27 536,23		27 536,23
Outros credores	225,19		225,19	636,59		636,59
	<u>56 549,83</u>		<u>56 549,83</u>	<u>44 030,84</u>		<u>44 030,84</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimentos e gastos” apresentava a seguinte decomposição:



	31-12-2023		31-12-2022	
	débito	crédito	débito	crédito
Devedores por acréscimo de rendimentos				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		21 804,90		19 770,00
Encargos s/ Remunerações Pessoal		5 178,66		4 695,38
Outros gastos		4 994,92		3 070,85
		31 978,48		27 536,23

Nas remunerações e encargos com o pessoal, estão contempladas as férias e subsídios de férias do pessoal efetivo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2023	31-12-2022
Descobertos bancários	0,00	0,00
Financiamento bancário	207 827,89	300 000,00
	207 827,89	300 000,00

Financiamentos obtidos	31-12-2023	31-12-2022
Não Corrente		
Empréstimos bancários	173 190,01	257 142,84
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	173 190,01	257 142,84
Corrente		
Empréstimos bancários	34 637,88	42 857,16
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	34 637,88	42 857,16

Em dezembro de 2021, foi celebrado com o Millennium um financiamento bancário, no montante de 300.000,00 euros, com um período de carência de 12 meses e pelo prazo de 96 meses.



(Handwritten signatures and initials)

Em novembro de 2023 foi realizada uma amortização parcial do capital, no montante de 50.000 euros.

15. Diferimentos

A Empresa cumpre o princípio da especialização dos exercícios, nesta conta são registados os gastos e rendimentos que serão reconhecidos no período ou períodos seguintes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
ATIVOS		
Seguros	82,04	75,35
Outros gastos	<u>651,08</u>	<u>2 925,50</u>
Total	<u>733,12</u>	<u>3 000,85</u>
PASSIVOS		
Vouchers termais	<u>4 071,95</u>	<u>3 495,00</u>
Total	<u>4 071,95</u>	<u>3 495,00</u>

16. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Caixa	542,75	114,43
Depósitos à ordem	297 400,36	280 015,21
Outros depósitos bancários		
Total	<u>297 943,11</u>	<u>280 129,64</u>

17. Capital subscrito

O saldo a 31 de dezembro de 2023 divide-se em 1.256 ações de valor nominal de 100 euros e encontra-se totalmente realizado.

18. Reservas legais



Handwritten signature and initials in blue ink.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de “Outros instrumentos de capital próprio” corresponde a prestações acessórias concedidas por Acionistas, e era como se segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Município de Santa Maria da Feira	628 984,08	628 984,08
Turisleira, Empreendimentos Turísticos, S.A	19 007,96	19 007,96
José Maria Rodrigues Vieira	19 007,96	19 007,96
	<u>667 000,00</u>	<u>667 000,00</u>

As prestações acessórias não vencem juros.

20. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a quantia escriturada na conta de “Excedentes de revalorização” apresentava o seguinte detalhe (nota 6):

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Antes de impostos sobre o rendimento	140 398,60	201 318,60
Impostos diferidos	-31 589,69	-45 296,69
	<u>108 808,91</u>	<u>156 021,91</u>

21. Passivos por impostos diferidos

No decurso do exercício de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:



	Saldo 01-01-2023	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2023
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	45 296,69		13 707,00	31 589,69
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	<u>45 296,69</u>		<u>13 707,00</u>	<u>31 589,69</u>

	Saldo 01-01-2022	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2022
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	59 004,26		13 707,57	45 296,69
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	<u>59 004,26</u>		<u>13 707,57</u>	<u>45 296,69</u>

22. Ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço

Os ativos por impostos diferidos, referentes a prejuízos fiscais de anos anteriores, foram reconhecidos por ser convicção do Conselho de Administração que seria provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em períodos futuros, contra os quais as perdas fiscais ou créditos tributáveis não usados possam ser utilizados.

No decurso dos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	31-12-2023		Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
			Créditos por impostos não usados	Total		
2015	21 969,28	21 969,28		21 969,28	4 613,55	2029
2016	79 345,61	79 345,61		79 345,61	16 662,58	2030
2018	25 753,40	25 753,40		25 753,40	5 408,21	2031
	<u>127 068,29</u>	<u>127 068,29</u>	<u>0,00</u>	<u>127 068,29</u>	<u>26 684,34</u>	



31-12-2022						
Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	Créditos por impostos não usados	Total	Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
2015	97 424,33	97 424,33		97 424,33	20 459,12	2029
2016	79 345,61	79 345,61		79 345,61	16 662,58	2030
2018	25 753,40	25 753,40		25 753,40	5 408,21	2031
	<u>202 523,34</u>	<u>202 523,34</u>	<u>0,00</u>	<u>202 523,34</u>	<u>42 529,91</u>	

23. Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rébito	2023	2022
Atividade termal e serviços conexos	667 489,88	662 871,57
Ceias medievais e Viagem Medieval	28 032,06	24 848,85
Outros serviços conexos com atividade termal		
Subsídios à exploração	295 000,00	295 000,00
Outros rendimentos	245,87	6 252,22
Reversões		
Juros obtidos		
	<u>990 767,81</u>	<u>988 972,64</u>

A totalidade das vendas e prestações de serviços em 2023 e 2022 destinou-se integralmente ao mercado nacional.

24. Subsídios do estado e de outros entes públicos

A quantia de cada categoria significativa de subsídios do estado e outros entes públicos reconhecida durante o período de 2023 e 2022 foi proveniente de:



Subsídio	2023			
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:				
· Contrato-programa	295 000,00	295 000,00		295 000,00
· Segurança social				
	<u>295 000,00</u>	<u>295 000,00</u>		<u>295 000,00</u>

Subsídio	2022			
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:				
· Contrato-programa	295 000,00	295 000,00		295 000,00
· Segurança social				
	<u>295 000,00</u>	<u>295 000,00</u>		<u>295 000,00</u>

Em 18 de janeiro de 2023, nos termos do disposto nos artigos 32.º e 47.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, o Município do Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo, celebraram um Contrato-Programa para o ano de 2023, no montante de 295.000 euros, que teve por objeto o desenvolvimento da atividade termal pela exploração comercial e turística e utilização da água mineral natural das Termas de S. Jorge, podendo desenvolver outras atividades além das que constituem o objeto principal.

Esta comparticipação pública revestiu a forma de subsídio à exploração, destinou-se a ressarcir a Sociedade de Turismo em contrapartida das suas responsabilidades e obrigações assumidas no âmbito daquele contrato-programa.

25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos tem a seguinte decomposição em 2023 e 2022:



FSE	2023	2022
Trabalhos especializados	113 777,36	109 127,27
Publicidade e propaganda	4 957,41	4 139,04
Honorários		
Conservação e reparação	34 959,55	22 224,61
Serviços bancários	3 132,52	2 778,90
Ferramentas e utensílios	15 416,55	30 954,53
LIVROS E DOC. TECNICA	70,00	
Material Escritório	2 572,11	1 299,06
Artigos Oferta	1 896,52	2 432,16
Outros	100,00	
Eletricidade	26 622,74	52 696,50
Combustíveis	44 229,66	124 658,27
Água	2 281,31	8 640,24
Deslocações e estadas	1 509,59	1 369,22
Rendas e alugueres	8 332,96	7 812,96
Comunicação	8 672,85	7 002,99
Seguros	2 752,07	2 731,99
Contencioso e notariado	20,00	325,00
Despesas representação		249,40
Limpeza Hig. Conforto	13 469,49	12 673,44
Outros serviços	481,65	183,92
	285 254,34	391 299,50

Os trabalhos especializados contemplam os honorários dos médicos e de outros colaboradores especializados a que a empresa necessitou de recorrer durante o ano para fazer face às suas necessidades.

26. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	20 662,38	39 923,31
Subsídio de Refeição dos Órgãos Sociais	624,00	1 554,00
Remunerações do pessoal	371 037,19	322 935,54
Subsídio refeição do pessoal	45 920,00	47 654,88
Encargos sobre remunerações dos Órgãos Sociais	4 907,31	9 481,79
Encargos sobre remunerações do pessoal	88 220,69	78 427,22
Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	3 474,72	3 526,42
Outros gastos com o pessoal	8 845,92	3 323,98
	543 692,21	506 827,14

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com cartão refeição, Fundos de compensação e fardas.

Considerando o carácter sazonal da atividade termal, uma parte significativa do pessoal utilizado na exploração das Termas das Caldas de S. Jorge tem o seu vínculo laboral consubstanciado em contratos a termo certo, cobrindo o período em que as Termas estão a funcionar. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade mantinha seis funcionários com vínculo contratual fixo estabelecido.

27. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem no exercício de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Impostos	1 544,77	1 269,01
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	6,88	
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. Conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	3 685,93	3 176,71
	<u>5 237,58</u>	<u>4 445,72</u>

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” tem no exercício de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis	68 713,92	64 991,67
Ativos intangíveis		
	<u>68 713,92</u>	<u>64 991,67</u>

No exercício de 2021, iniciou-se a depreciação dos ativos fixos tangíveis avaliados em 2019, tendo sido definido uma vida útil entre 3 e 6 anos.

29. Juros e outros gastos similares

Os juros e outros gastos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
juros suportados	10 624,14	2 181,01
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento		11,50
	<u>10 624,14</u>	<u>2 192,51</u>

30. Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos correntes	-10 273,50	-2 932,70
Tributação Autónoma	-570,92	-877,40
Imposto diferido	-2 138,56	7 196,17
	<u>-12 982,98</u>	<u>3 386,07</u>

31. Acontecimentos após a data do balanço

31.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

31.2 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 13 de março de 2024, no entanto, os acionistas poderão em Assembleia-geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações.

32. Divulgações exigidas por diplomas legais

32.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados nos exercícios de 2023 e 2022 pelo Revisor Oficial de Contas são os seguintes:



(Handwritten signature and initials)

Tipo de serviços	Honorários	
	2023	2022
Revisão legal das contas anuais	3 648,60	3 000,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria		
	<u>3 648,60</u>	<u>3 000,00</u>

32.2 Proposta de aplicação de resultados

O Órgão de Gestão propõe o Resultado líquido do período, no montante de 41.485,62 euros, sejam aplicados:

- . reservas legais: 2.074,28 euros;
- . para resultados transitados: 39.411,34 euros.

33. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar e reparar danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações, não existindo passivos efetivos ou contingentes de carácter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.

Para cumprimento desta obrigação, a empresa, ao nível da recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene, recorreu aos serviços da entidade: RENTOKIL INITIAL PORTUGAL, LDA.

Os gastos com recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Dispêndios de carácter ambiental	432,25	394,29
	<u>432,25</u>	<u>394,29</u>

Santa Maria da Feira, 13 de março de 2024



sociedade de turismo **santa maria da feira**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira)

A Contabilista Certificada

(Maria do Céu Soares da Silva)

